

TIPOLOGIAS ESPACIAIS DA VÁRZEA AMAZÔNICA: ESTUDO MORFOLÓGICO DE ASSENTAMENTOS EM AFUÁ (PA)

TIPOLOGÍAS ESPACIALES DE LA LLANURA DE INUNDACIÓN AMAZÓNICA: ESTUDIO MORFOLÓGICO DE ASENTAMIENTOS EN AFUÁ, PARÁ, BRASIL

SPATIAL TYPOLOGIES OF THE AMAZON FLOODPLAIN: MORPHOLOGICAL STUDY OF SETTLEMENTS IN AFUÁ, PARÁ, BRAZIL

VICENTE, LETÍCIA RIBEIRO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, leticiavicente26@gmail.com

CARDOSO, ANA CLÁUDIA DUARTE

PhD, Docente da Universidade Federal do Pará, aclaudiacardoso@gmail.com

RESUMO

Os objetivos deste artigo (e da pesquisa que o alicerça) são caracterizar tipologias espaciais de assentamentos humanos (localidades e vilas ribeirinhas) ligados ao sistema rio-mata-roça-quintal que sintetizam a complexidade do cotidiano em contexto de várzea e revelem sua matriz espacial própria, e rastrear seus fragmentos nas derivações observadas nos contextos urbano e metropolitano. A pesquisa assume como principal área de estudo o município de Afuá, arquipélago do Marajó, Estado do Pará, onde a ocupação ainda é tipicamente de várzea. Parte-se da caracterização morfológica dos arranjos espaciais observados na sede e em comunidades do município, que transcenderam o tempo (arranjos matrizes), para cotejá-los com arranjos espaciais existentes em ambiente de várzea da ilha do Combu, em Belém, polo metropolitano. O método de análise adaptou categorias da Escola Italiana de Morfologia para a realidade amazônica. O estudo evidenciou semelhanças nos arranjos espaciais das ilhas dos dois municípios (que foram associadas à existência de uma consciência espontânea), e também uma tendência de ruptura já manifesta na sede de Afuá que, gradativamente, absorve valores e políticas metropolitanos. Propõe-se que a compreensão da espacialidade da várzea subsidie políticas territoriais e urbanas, que até então têm sido pautadas exclusivamente por uma consciência crítica e técnica que tende a negar os limites e ritmos da natureza na região Amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Afuá; várzea; morfologia; sociobiodiversidade; Amazônia.

RESUMEN

Los objetivos de este artículo (y la investigación que lo sustenta) son caracterizar tipologías espaciales de asentamientos humanos (localidades y pueblos ribereños) vinculados al sistema río – bosque – plantación – patio trasero, que sintetizan la complejidad de la vida cotidiana en el contexto de terreno o llanura de inundación que revelan su propia matriz espacial, y rastrear sus fragmentos en las derivaciones observadas en contextos urbanos y metropolitanos. La investigación asume como el área principal de estudio el municipio de Afuá, archipiélago de Marajó, estado de Pará, donde la ocupación aún es típicamente de llanura de inundación. Se parte de la caracterización morfológica de los arreglos espaciales observados en la sede municipal y en las comunidades del municipio, que han trascendido el tiempo (arreglos matriciales), para compararlos con los arreglos espaciales existentes en un entorno de planicie aluvial en la isla de Combu, en Belém, región metropolitana. El método de análisis adaptó categorías de la Escuela Italiana de Morfología a la realidad amazónica. El estudio mostró similitudes en los arreglos espaciales de las islas de los dos municipios (que se asociaron a la existencia de una conciencia espontánea), y también una tendencia de ruptura ya manifestada en la sede de Afuá, que absorbe paulatinamente valores y políticas metropolitanas. Se propone que la comprensión de la espacialidad de la llanura de inundación subsidie las políticas territoriales y urbanas, que hasta entonces han sido guiadas exclusivamente por una conciencia crítica y técnica que tiende a negar los límites y los ritmos de la naturaleza en la región amazónica.

PALABRAS CLAVES: Afuá; llanura de inundación; morfología; sociobiodiversidad; Amazonia.

ABSTRACT

The objectives of this research (and of the research that underlies it) are to characterize spatial typologies of human settlements (riverside towns and villages) linked to the river - forest - farm - backyard system, which synthesize the complexity of everyday life in the context of floodplains and reveal their own spatial matrix, and trace their fragments in the derivations observed in urban and metropolitan contexts. The research assumes as the main study area the municipality of Afuá, archipelago of Marajó, state of Pará, where the occupation is still typically lowland; part of the morphological characterization of the spatial arrangements observed at the headquarters and in communities in the municipality, which have transcended time (matrix arrangements), to compare them with spatial arrangements existing in a floodplain environment on the island of Combu, in Belém, metropolitan pole. The analysis method adapted categories from the Italian School of Morphology to the Amazonian reality, and the study showed similarities in the spatial arrangements of the islands of the two municipalities, which were associated with the existence of a spontaneous awareness, as well as the tendency of rupture already manifested in the Afuá headquarters, which gradually absorbs metropolitan values and policies. It is proposed that the understanding of the várzea's spatiality subsidizes territorial and urban policies, which until then have been guided exclusively by a critical and technical conscience that tends to deny the limits and rhythms of nature in the Amazon region.

KEYWORDS: Afuá; floodplain; morphology; sociobiodiversity; Amazon.

Recebido em: 10/04/2020

Aceito em: 13/08/2020

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa assume a Amazônia como um espaço híbrido composto por múltiplas camadas: geomorfológicas (com sítios de várzea e terra firme); de relações formais e informais (sociais, políticas, espaciais, econômicas); de temporalidades (coexistência de modos de vida tradicionais e práticas urbanas). Entende que o ambiente amazônico requer investigações que extrapolem os registros dos dados oficiais/institucionais, e alcancem uma escala do espaço vivido, de modo a evidenciar as múltiplas Amazônias, no plural – e a diversidade, resistências e possibilidades desse ambiente.

Em pesquisas já desenvolvidas na Região Metropolitana de Belém (MIRANDA, CARDOSO, 2017; OLIVEIRA, CARDOSO, 2018; VICENTE, CARDOSO, 2018), constatou-se que o ambiente metropolitano comporta diversos modos de vida, tanto em sua parte insular quanto na continental, com arranjos tipicamente urbanos (formais e informais) e também populações que entrelaçam a vida cotidiana com a natureza e dependem do verde, do solo, da floresta, da água em ambos os contextos. Estas populações cumprem funções socioambientais, ao viabilizarem a coexistência de preservação ambiental, ocupações humanas tradicionais e atividades produtivas, entretanto elas são invisibilizadas oficialmente e/ou pressionadas pela urbanização, que almeja a conversão de terras (de uso comum ou de ocupação regida pela noção de compartilhamento) em mercadoria, e sua apropriação privada. As pesquisas evidenciam que diversas comunidades não dependem apenas do espaço da moradia para viver, dependem também da relação direta com a natureza e de espaço de produção que se articula com o entorno da moradia caracterizado por um sistema socioterritorial constituído por ambientes interligados que permitem formas de apropriação e produção complementares, que, iniciado na margem do rio, e segue pela clareira (ou quintal) ocupada pelas edificações, passa pela área de roça e termina na mata, denominado por Loureiro (2014) de sistema rio–mata–roça–quintal¹. Nesse contexto observa-se que a área de produção, ou de uso, pode ser compartilhada, e excede muitas vezes o tamanho da área de moradia. Esses aspectos devem ser reconhecidos e incluídos no planejamento territorial metropolitano.

Afuá foi escolhida como local de estudo pelo interesse de investigação de áreas do Estado do Pará menos afetadas pelas políticas públicas desenvolvimentistas que na Amazônia fizeram-se fortemente presentes desde 1960. Porém, apesar de não sofrer diretamente o impacto dos projetos desenvolvimentistas pensados para a Amazônia, o município de Afuá já apresenta indícios de transformações sociais e espaciais relevantes. A escassez de madeira decorrente da exploração madeireira, a introdução de novos materiais de construção, o desenrolar de políticas públicas eleitoreiras (obreiras e turísticas), a mudança nas atividades econômicas predominantes no sustento da população, entre outras situações, alteram lentamente a paisagem, a mentalidade e o mosaico cultural de Afuá. Está em curso uma ruptura com o modo de vida da várzea pautado no extrativismo de coleta, atividade cada vez mais desvalorizada pela educação formal que não inclui pautas locais, e também contribui para o “desemprego”, decorrente da não absorção dos jovens que já não sabem ou não podem ser extrativistas no limitado mercado de trabalho formal (BIBAS, 2018). Mas, mesmo com as mudanças no modo de vida em curso no município de Afuá nos últimos anos, existem resistências e o predomínio de um modo de vida ainda relacionado à várzea, com forte ligação com o rio.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é caracterizar tipologias espaciais de assentamentos humanos ligados ao sistema rio–mata–roça–quintal (LOUREIRO, 2014), que sintetizem a complexidade do modo de vida desenvolvido no contexto de várzea e revelem uma matriz espacial própria, e rastrear seus fragmentos nas derivações observadas no contexto urbano e metropolitano. De forma mais específica, a pesquisa pretende caracterizar a morfologia de arranjos espaciais na sede e em comunidades do município de Afuá, identificando aqueles que transcenderam o tempo (arranjos matrizes), e buscando correspondência com arranjos espaciais existentes no ambiente metropolitano.

A pesquisa consistiu em: a) revisão bibliográfica sobre o processo de formação das cidades na Amazônia, de textos específicos sobre a realidade de várzea e do município de Afuá; b) levantamentos de dados oficiais disponibilizados na internet pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por instituições do Governo do Estado do Pará e pelas Prefeituras Municipais de Afuá e de Belém; c) pesquisas de campo realizadas em Afuá e Belém que consistiram de levantamentos espaciais e fotográficos, e de entrevistas com moradores e servidores públicos. A pesquisa de campo, realizada na sede do município de Afuá e em duas de suas vilas - São Sebastião (Idelza) e Santo Antônio (Julinho)-, aconteceu em junho de 2019. Ambas as vilas foram apontadas como bons exemplos da formação dos assentamentos ribeirinhos da região (por serem antigas e consolidadas) pelos moradores antigos da sede. As pesquisas de campo realizadas na ilha do Combu, que é localizada no município de Belém e foi adotada como referência de ocupação de várzea na região metropolitana, aconteceram entre os anos de 2017 e 2019.

O artigo foi dividido em três partes, a primeira caracteriza a formação do território Amazônico, a segunda caracteriza os estudos de caso, e a terceira apresenta a análise morfológica. A caracterização da estruturação espacial de Afuá foi efetuada a partir das formulações da Escola Italiana de Morfologia, adaptadas à realidade

da várzea amazônica. Esse exercício permitiu uma narrativa compatível com a produção espontânea/vernácula do espaço construído, com grande potencial de aplicação aos assentamentos da região em geral (cidade e vilas), que produzidos sem o rigor do planejamento técnico, têm carência de séries de dados sobre a sua materialidade.

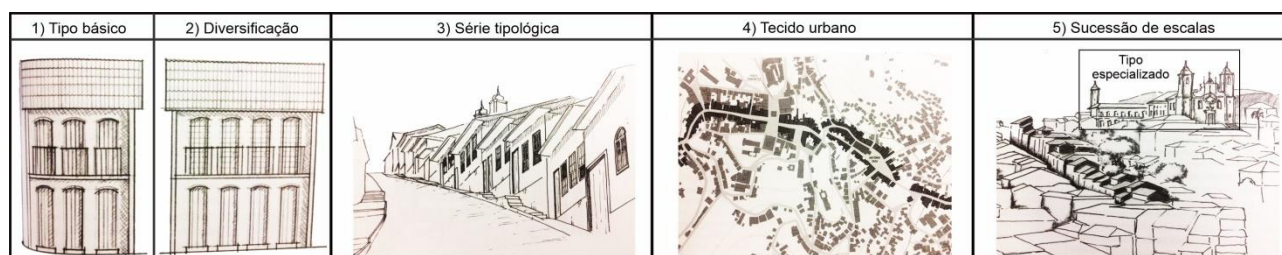
O campo de pesquisa da morfologia urbana considera a forma do assentamento e suas variações (ISUF, s.d.). Engloba os processos que ocorrem no espaço, as modificações, bem como os atores envolvidos nas transformações; não se restringe apenas ao estudo da forma imediata (estática), mas busca reconhecer as dinâmicas subjacentes à sociedade, e reconhece sua constituição por camadas sobrepostas historicamente (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

O estudo morfológico é um campo multidisciplinar com diferentes métodos de análise, subdividido dentro de escolas ou abordagens (MOUDON, 1997; OLIVEIRA, 2018). Nesta pesquisa optou-se pela metodologia de análise utilizada na Escola Italiana de Morfologia (método Tipo-morfológico), fundada por Saverio Muratori na primeira metade do século XX. O método Tipo-morfológico foi desenvolvido para o contexto italiano, mas pode servir de base para análises em outros contextos, pois reconhece que existe um modo próprio de construir edificações e cidades, que está relacionado a áreas culturais específicas. Pelos processos históricos, o modo de construção entra no imaginário, “enraíza-se”, torna-se uma espécie de protótipo dentro da mente e, a partir daí, torna-se um tipo. Esse ‘tipo’ é replicado por uma consciência espontânea que perpetua os saberes de geração em geração, configurando-se como uma herança adaptativa (CANIGGIA; MAFFEI, 1995).

Além da consciência espontânea existe a consciência crítica, que incorpora os saberes técnicos e um pensamento projetual racionalizado e funcionalizado, os quais, por vezes, ignoram os conhecimentos já consolidados pela consciência espontânea. Esse tipo de saber, mais sistematizado quantitativamente, foi muito apreciado no período do modernismo e possibilitou a consolidação de uma ruptura com diversas tradições e culturas (CANIGGIA; MAFFEI, 1995). Em contraposição, para a Escola Italiana o ideal é aprender com a tradição e incorporá-la à modernidade, de modo que novas formas de produção arquitetônica e urbana consigam coexistir, incorporar e aprender com os conhecimentos consolidados no passado (CANIGGIA; MAFFEI, 1995; MARZOT, 2002).

De acordo com Costa e Gimmler Netto (2015), a obra de Muratori apontava que o tipo é uma representação física que permite uma analogia com a unidade física humana: o corpo. A partir desta perspectiva também ocorre a analogia do assentamento humano com um organismo vivo, que tem os edifícios como unidades, passíveis de reproduções e modificações. Assim desdobram-se outras analogias, das células (edifícios) que formam tecidos (tecido urbano), tecidos que formam os órgãos (assentamentos), e órgãos que formam os sistemas (cidade). O método de análise da Escola Italiana de Morfologia consiste em ampliação de escalas, desde o edifício até a região. Parte da investigação do tipo do edifício e suas variações tipológicas, considerando os tipos-básicos (edificações comuns) e os tipos-especializados que se destacam na paisagem. Em seguida identificam-se as séries de organismos (combinações) e os tecidos urbanos (conjuntos de características semelhantes), resultando por fim no organismo, conforme exemplos de leitura morfológica aplicada por Costa e Gimmler Netto (2015) para a cidade de Ouro Preto apresentados na Figura 1. Estes conceitos da análise Tipo-morfológica foram adaptados para a análise morfológica das áreas de estudo selecionadas neste artigo.

Figura 1: Exemplo de leitura morfológica baseada na Escola Italiana de Morfologia.



Fonte: (1) e (2) Costa e Gimmler Netto (2015, p. 161); (3) Costa e Gimmler Netto (2015, p. 173); (4) Costa e Gimmler Netto (2015, p. 182) e (5) Costa e Gimmler Netto (2015, p. 156).

2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO: SURGIMENTO DE UM MOSAICO SOCIOESPACIAL

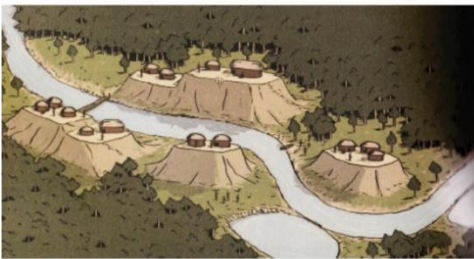
Para a aplicação dos princípios da Escola Italiana de Morfologia, que foram formulados a partir da trajetória de formação das cidades italianas em contexto bastante diverso ao caso de Afuá, houve adaptação das categorias referentes à evolução da ocupação do território amazônico e suas características. A configuração do sítio foi o primeiro ponto de distinção, pois, diferente da realidade italiana, onde a estruturação do território

dá-se entre a diferenciação de crista e vale (relevo montanhoso), de maneira geral, a Região Amazônica é dividida em dois tipos de solo: a várzea e a terra firme. A primeira é definida como terras alagadiças próximas aos rios, e a segunda corresponde às áreas de cotas mais altas, menos suscetíveis às cheias, de modo que cada uma dessas paisagens condiciona formas próprias de uso e ocupação do solo (STERNBERG, 1998).

Além das características geomorfológicas é preciso compreender os ciclos de ocupação que constituíram a formação socioespacial ancestral da Região Amazônica. Desde períodos pré-colombianos, a Amazônia possui comunidades integradas com a natureza, com manejo da floresta, e utilização da água dos rios, evidenciando a existência de formação de um “urbano” amazônico, concentrado em núcleos (aldeias) ligados por estradas (HECKENBERGER *et al.*, 2008). Pesquisas arqueológicas revelam que núcleos populacionais possuíram organizações políticas que variaram em tamanho e complexidade ao longo do tempo. Estima-se que existissem oito milhões de pessoas na Amazônia na época em que os portugueses chegaram (LOPES, 2017), e essa literatura tende a refutar a visão dominante no século XX de que as aldeias indígenas tenham sempre sido pequenas e isoladas. O Quadro 1 aponta dois locais onde, por pesquisas arqueológicas, foi possível encontrar vestígios de civilizações amazônicas complexas. Alterações no padrão indígena ocorreram a partir do século XVII com a ocupação portuguesa da Amazônia, decorrente do processo de interiorização da colonização brasileira, para retomada de áreas que estavam sob domínio holandês e francês (BECKER, 2013). O primeiro projeto de colonização na região buscou a implantação do sistema de *plantation*, com mão de obra escrava africana, a exemplo de outros países colonizados por Portugal, e do próprio nordeste brasileiro. Entretanto a diversidade de condições naturais não permitiu o sucesso desse sistema, o que levou a uma mudança de estratégia, com a utilização de mão de obra indígena, aculturada através dos aldeamentos religiosos.

Quadro 1: Evidências de civilizações amazônicas no Xingu e no Marajó.

Reconstrução de uma vila Marajoara



Fonte: Schaan (2009, p.196).

Na ilha do Marajó existiram populações pré-colombianas de diferentes origens, com ocupações que datam desde 1.500 a.C. A civilização mais conhecida, a Marajoara, ocupou a ilha entre 400 e 1.300 d.C, primeiro na parte dos campos (leste) e depois na parte da floresta (oeste). Em seu auge, no século X d.C. a população da ilha pode ter superados os 40.000 habitantes. No Marajó, bem como em outras partes da Amazônia, encontraram-se evidências de manejo do solo, com a chamada terra preta de índio. O sistema social era baseado em cacicados, que constituíam unidades políticas regionais com diversas subunidades (como vilas ou aldeias) que estavam ligadas a um sistema central com poder hereditário. A economia marajoara era de subsistência, com destaque para a pesca, que utilizava sistemas de barragem e viveiros. O controle da terra era comunal, com casas compartilhadas construídas em madeira, palha ou adobe. Algumas casas eram suspensas (palafitas) e outras construídas em chão batido (SCHAAN, 2009).

Kuhikugu: maior cidade pré-colombiana descoberta no Xingu



Fonte: Heckenberger (2015). Foto de Luigi Marini.

No Xingu a partir de imagens de satélite constatou-se que existiram centros cerimoniais que possuíam em seu entorno aldeias - satélites distribuídas de maneira equidistante, o que sugere planejamento territorial. Encontraram-se estradas com largura entre 10 m e 50 m, conectando as aldeias, bem como estruturas como pontes. O manejo ambiental era realizado com a criação de lagos e distribuição da agricultura, praticada próxima a núcleos povoados. No Alto Xingu estima-se que no auge do sistema habitassem cerca de 50.000 pessoas (mesma população de Lisboa no século XVI) (LOPES, 2017). Esse tipo de ocupação no Alto Xingu pode ser considerado um «urbanismo» de baixa densidade, e permanece até hoje nos aldeamentos da região, ainda que em menor escala (SOUZA *et al.*, 2018).

Fonte: Schann (2009); Lopes (2017); Souza *et al.* (2018); Heckenberger (2015). Elaboração própria.

A mão de obra indígena permitiu a exploração dos produtos da floresta, o que consolidou o extrativismo de coleta, que utiliza a natureza para retirada de produtos, sem desmatamento (COSTA, 2012). A organização do território baseou-se, então, em aldeias missionárias e fortins (proteção militar) nas margens dos rios, o que levou à consolidação do padrão de assentamento ribeirinho, já presente na ocupação indígena (CORRÊA, 1987). No século XVIII, após a expulsão dos Jesuítas, dentro de uma política portuguesa pombalina, buscou-se incentivar a miscigenação entre índios e brancos, o que gerou camponeses caboclos que constituíram unidades familiares nucleadas que detinham o conhecimento indígena do manejo da natureza, e, ao mesmo tempo, mantinham costumes europeus, e alimentavam o mercado. Foram descritos como produtores invisíveis, por não figurarem em estruturas oficiais da colônia, e foram responsáveis por mais da metade da produção da Colônia do Grão Pará no período pombalino (COSTA, 2012).

As formas diferentes de solo, somadas a diversos períodos e formas de ocupação, fizeram a Amazônia tornar-se um mosaico, onde coexistem modos de vida pautados em uma lógica urbana já difundida em outras

idades brasileiras, com outros modos chamados de “tradicionais” originados na miscigenação de ocupação indígena, portuguesa, africana, e de influência de outras regiões brasileiras como o Nordeste, de onde muitos migraram buscando melhores condições de vida (WEIMER, 2012). Apesar das políticas desenvolvimentistas aplicadas à região, a herança cabocla mantém-se como uma das camadas deste mosaico que resulta da miscigenação e adaptação à condição natural do sítio, e utiliza para sua sobrevivência o rio, a floresta e o solo, configurando o caboclo como um produtor polivalente (GONÇALVES, 2005). Eles carregam uma cultura própria, passada de geração em geração (análoga à consciência espontânea da Escola Italiana de Morfologia), ainda que desvalorizada em grandes centros urbanos, apesar da presença progressiva dessa população nesses centros, após as mudanças impostas às áreas rurais.

A leitura morfológica deste trabalho buscou a compreensão da formação dos assentamentos amazônicos, tomando as formações ribeirinhas de Afuá como referência para compreensão de assentamentos da Região Metropolitana de Belém (RMB). A característica fundamental dos assentamentos estudados é a dispersão, uma herança indígena que foi perpetuada pelas sobreocupações posteriores, e que contava com um elemento de conexão – o rio. Até a década de 1960/70, este (o rio) foi o principal elemento estruturante na rede urbana e de outros assentamentos (vilas e comunidades) da Amazônia.

Através de conjunto de pesquisas de campo² realizadas em ambientes de várzea entre 2016-2019 (nas ilhas de Belém, de Mocajuba e em Afuá), constatou-se que a formação das vilas ribeirinhas segue determinados códigos espaciais, relacionados a costumes e práticas passados de geração em geração. A apropriação da várzea por populações tradicionais amazônicas baseia-se em um sistema cultural que incorpora em sua matriz questões ecológicas (MORÁN, 1990). Na ocupação da várzea a cultura é um fator determinante na conformação dos arranjos espaciais do habitar, produzir, e manejar o ambiente. Há pactos sociais e territoriais constituídos ao longo do tempo, entendidos neste trabalho como uma consciência espontânea, e que estão relacionados a hábitos culturais percebidos de forma mais clara nas vilas ribeirinhas, mas que também estão presentes em contextos diversos (rurais e urbanos) na Amazônia, ainda que de formas diferenciadas. Um exemplo de hábito cultural é o alimentar (ex.: consumo do açaí).

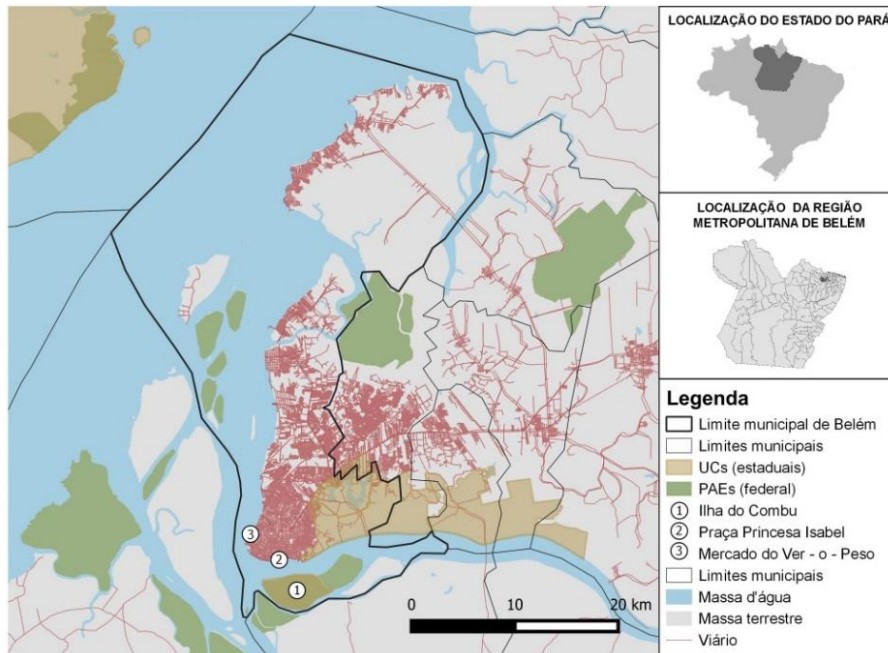
3 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

A ilha do Combu (Belém)

Belém é a capital do Estado do Pará. O município é composto por uma porção continental e outra insular. São 39 ilhas que correspondem a 65,14% da área do município e abrigavam no último Censo Demográfico aproximadamente 5% da população – 71.963 habitantes (IBGE, 2010). No ambiente insular convivem áreas urbanas (expansão de moradia popular, conjuntos habitacionais, casas de veraneio) e áreas rurais, ligadas ao agroextrativismo familiar e ao modo de vida ribeirinho.

Devido à sua similaridade com as vilas de Afuá, a ilha do Combu (Figura 1) foi adotada como estudo de caso em Belém, visando a construção do paralelo entre as realidades de Afuá e a metropolita. O Combu é a quarta maior ilha do município de Belém em tamanho e população, cerca de 1.000 habitantes (IBGE, 2010). O acesso à ilha é feito unicamente pelo rio, a ocupação dá-se em área de várzea não urbanizada, com significativa preservação da cobertura vegetal. As casas são em palafita e a ocupação humana distribui-se nas margens dos rios e cursos d'água menores. O centro da ilha permanece desocupado e é utilizado para manejo do açaí e de outras espécies coletadas e vendidas nas feiras e mercados da cidade, como o do Ver-o-Peso. As terras insulares do município de Belém pertencem à União, e em alguns casos, como o do Combu, já foram regularizadas pela Secretaria do Patrimônio da União na condição de posse. A ilha é uma Área de Proteção Ambiental (APA), integrando as Unidades de Conservação (UCs) estaduais e no âmbito federal integra os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), conforme Figura 2. A proximidade com o continente (1,5 km do centro, 10 min. a 15 min. de barco até o porto da Praça Princesa Isabel) somada à chegada de energia elétrica na década de 2000 geraram pressões por conversão de uso, com o aumento no número de restaurantes, casas de veraneio e residências para migrantes de outras localidades. Apesar disso a ilha ainda preserva características ribeirinhas e expressivas atividades extrativistas que alimentam a gastronomia com produtos regionais (VICENTE; CARDOSO, 2018; BRITO, 2019).

Figura 2: Município de Belém.

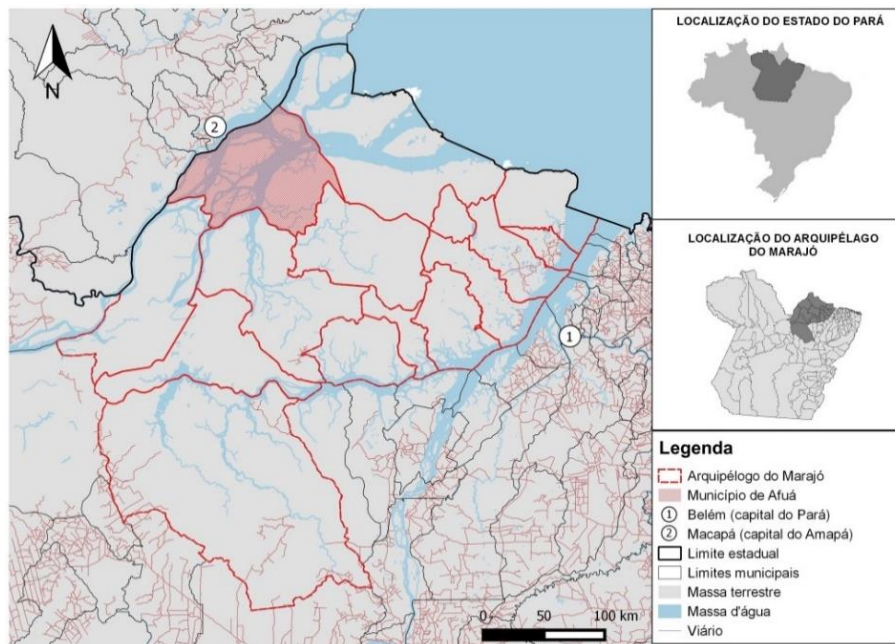


Fonte: IBGE (2019a); IBGE (2019b); IDERFLOR-BIO (2019); IDESP (2012); INCRA (2019). Elaboração própria.

O município de Afuá

O município de Afuá localiza-se no arquipélago do Marajó, na fronteira entre o Estado do Pará e o Estado do Amapá (Figura 3). O acesso à sede e às vilas ocorre pelo rio, e há uma pista de pouso na sede para aviões de pequeno porte (fluxo não contínuo). São 36 horas de viagem de barco em caso de deslocamento a partir de Belém, e 4 horas de barco ou 2 horas de lancha a partir de Macapá (capital do Amapá). Apesar de paraense, o município tem forte ligação comercial com Macapá, que também é a cidade mais próxima para acesso a serviços especializados.

Figura 3: Localização de Afuá.

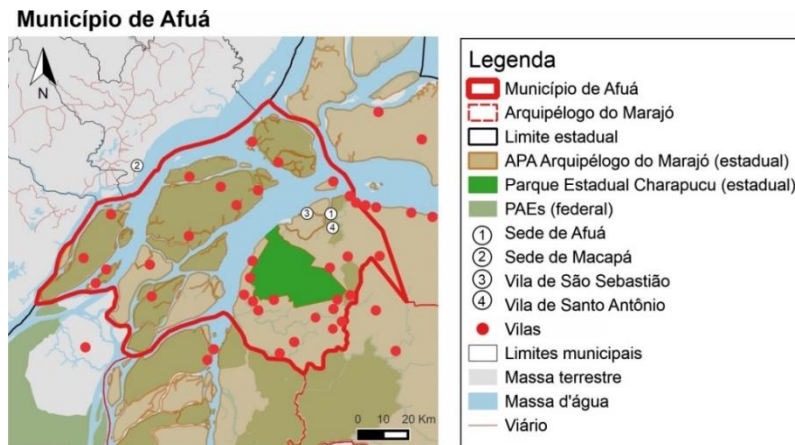


Fonte: IBGE (2019a) IBGE (2019b); DNIT (2015). Elaboração própria.

A população municipal de Afuá estimada para 2018 era de 38.863 pessoas, sendo 58% da mesma residente na área rural (IBGE, 2018), distribuída em vilas/comunidades semelhantes às estudadas (Vila de São

Sebastião e Vila de Santo Antônio). A economia do município baseia-se principalmente em atividades extrativistas de madeira, palmito, pesca, bem como na administração pública. A Figura 4 mostra que o município inteiro está dentro da APA do Arquipélago do Marajó, uma Unidade de Conservação estadual de uso sustentável (IDERFLOR-BIO, 2019). Sobrepostos à APA existem PAEs, dispersos pelas 17 ilhas rurais do município, habitados por 5.115 famílias (INCRA, 2017). Em 2010 foi criado o Parque Estadual do Charapucu (Unidade de Conservação de proteção integral) que se sobrepõe ao PAE ilha de Charapucu (IDERFLOR-BIO, 2019). A proibição da ocupação humana em extensa área verde que era manejada pela população nativa, resultou na migração de famílias antes lá residentes para a área de expansão da sede de Afuá, em condição de pobreza urbana (BIBAS, 2018). Como a exploração econômica dos recursos da região (como as madeireiras) não gerou empregos perenes para a população, o número de desempregados na sede municipal é grande, em 2018 correspondendo a 6.424 pessoas consideradas sem ocupação (IBGE, 2018).

Figura 4: Sede, Vilas e Unidades de Conservação de Afuá.

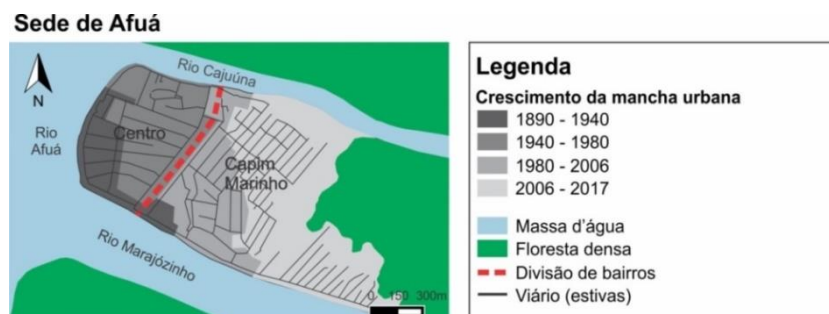


Fonte: IBGE (2019a) IBGE (2019b); DNIT (2015); IDERFLOR-BIO (2019); INCRA (2019). Elaboração própria.

A sede municipal de Afuá

A extensão da sede municipal (141,5 ha) corresponde a apenas 0,01% da área do município (837.279,5 ha). A cidade tem 174 anos, sempre foi entreposto comercial de localização estratégica entre rios, próxima ao oceano, e ainda preserva características tradicionais relacionadas à várzea (BIBAS, 2018). A sede é ribeirinha e funciona como ponto de apoio a uma série de vilas, por meio das feiras, que vendem produtos regionais, e da disponibilidade de infraestrutura, comércio e serviços (VICENTE; CARDOSO, 2019). A cidade passou por crescimento populacional expressivo entre 2007 e 2009 e no pós-2010, devido ao remanejamento de famílias da área do Parque Estadual para a área de expansão da cidade (BIBAS, 2018). A cidade é dividida em dois bairros, o Centro³, constituído entre 1890 e 1980, com melhor infraestrutura e mais adensado construtivamente; e o Capim Marinho, a expansão recente, com parcelas de ocupação ainda em consolidação, precariedade de infraestrutura e um estigma associado à pobreza e à violência. O elemento morfológico que divide os bairros é uma pista de pouso (Figura 5).

Figura 5: Crescimento da mancha urbana na sede de Afuá.

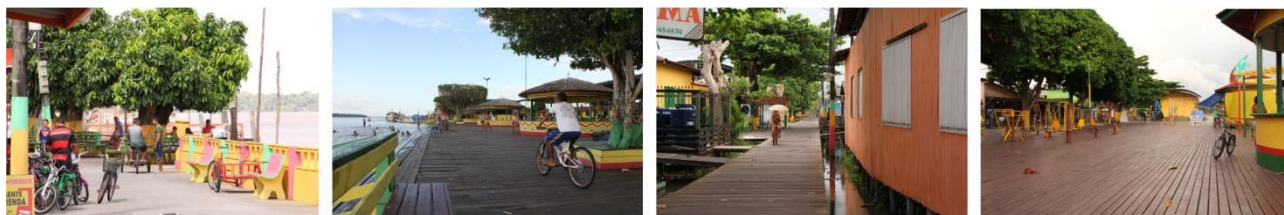


Fonte: Corrêa Neto (2017). Elaboração própria.

Na sede municipal a palafita é a tipologia predominante, as ruas são estivas⁴ de madeira, que mais recentemente têm sido substituídas por concreto. Os espaços públicos são constituídos pelas estivas (ruas), praças, feiras e microespaços de encontro e permanências (bancos e pergolados) e o rio é o elemento

estruturante da ocupação do território (Figuras 6). Nos períodos de cheia, que vão de março até abril, grande parte da cidade fica alagada. Esse fenômeno é chamado localmente de lançante, e é motivo de celebração para a população, festa incorporada ao calendário da cidade.

Figura 6: Espaços públicos da sede de Afuá.



Fonte: Fotos de Fernando Mesquita (2015).

As vilas de São Sebastião e Santo Antônio (município de Afuá)

Os levantamentos realizados nas vilas de São Sebastião (formada em 1972) e de Santo Antônio (formada em 1967) (Figura 7) indicaram que ambas iniciaram com a aquisição de terras por casais e cresceram a partir de desmembramentos de uma mesma família. As vilas possuem cerca de 4 casas cada, e funcionam como pontos de apoio e encontro (núcleo) para uma comunidade dispersa sob sua influência, de cerca de 30 famílias. As vilas concentram as igrejas, com espaços de convivência e festividades, e as escolas.

Na Vila de São Sebastião, a moradora mais antiga relatou que seu marido trabalhava na roça, com plantação de arroz, milho banana. Atualmente ele é catraieiro, ou seja, leva as crianças no barco para a escola. Hoje a família não planta, mas realiza o manejo florestal para a retirada do açaí. Na estiva que dá acesso ao quintal existe uma horta suspensa com plantação de temperos como chicória e pimenta. Os filhos possuem profissões diversificadas (pescador, carpinteiro, professor). As famílias da vila criam animais como galinhas, porcos, e atualmente por relatos de assaltos começaram a criar cachorros. As casas possuem energia gerada por placas solares, e a água para consumo é tratada em um sistema de filtragem que passa por três caixas. Na Vila de Santo Antônio a família pioneira é constituída por 11 filhos, quase todos vivendo na Vila. A moradora entrevistada relatou que seu marido era mestre de embarcações, e os filhos e netos seguem construindo barcos e casas. Homens e mulheres pescam, e as famílias possuem pequenas roças, bem como também realizam manejo florestal para retirada do açaí. Nas estivas entre as casas existem plantações de verduras como couve, cebolinha e ervas medicinais, utilizadas por todos da vila. Também existem placas solares e a água é armazenada em caixas d'água.

As leituras socioespaciais confirmam o surgimento das vilas a partir do assentamento de uma família - por motivos diversos, seja aquisição, doação ou ocupação da terra. A família constrói a primeira residência, em palafita, rente ao rio. A construção já pressupõe um saber pré-existente, haja vista que a palafita é um tipo de edificação presente em diversos contextos ribeirinhos do mundo (BAHAMÓN; ALVAREZ, 2009), mas que na Amazônia carrega traços caboclos, de miscigenação de espacialidades. De modo geral a casa é locada segundo uma configuração que atende a demandas básicas da família. O primeiro elemento é o rio, este é fonte de alimento, local do banho, da retirada da água, meio de conexão, transporte, lazer (muito mais que um espaço de contemplação ou de lançamento de esgoto como ocorre em muitas cidades brasileiras), mas elemento que integra ativamente as práticas cotidianas.

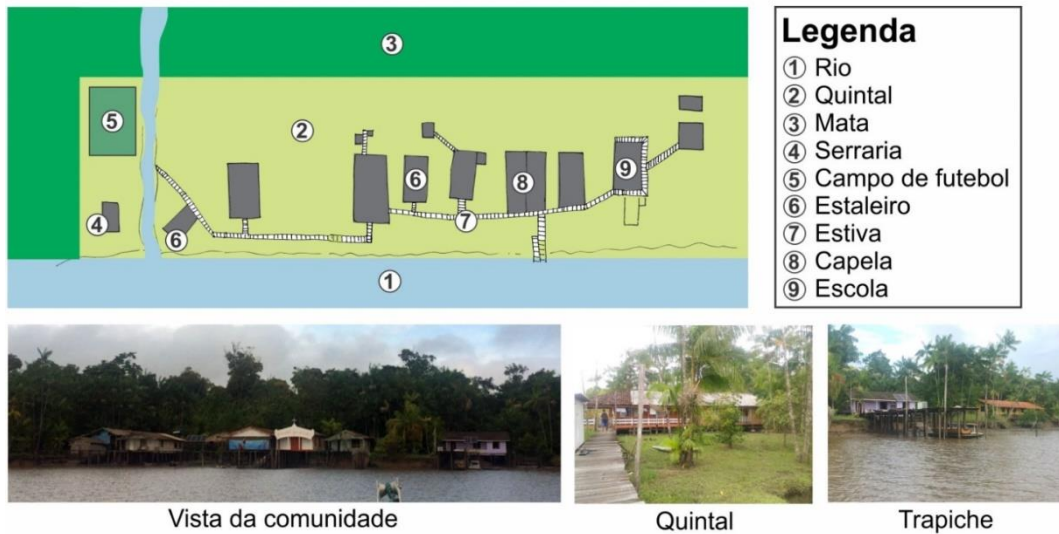
Sobre o rio, ou em sua várzea imediata encontra-se a casa, em palafita. Esta estende a ocupação humana sobre a água, e é construída sobre pilotis de madeira em uma altura já conhecida pelos moradores da região. Ou seja, altura suficiente para que a água em sua ocorrência máxima (cheia) não adentre a residência. Spirn (1995) afirma que a várzea consiste em uma área de movimentação do rio que conta com um ciclo de secas e cheias, ou seja, integradas como um único sistema. A autora aponta que os rios, no geral, apresentam frequências de cheias divididas em quatro períodos que podem durar até 100 anos. A altura de construção dos pilotis é repassada de morador para morador, como herança adaptativa, pois à medida que se percebe que o rio subiu mais e entrou na casa, a próxima casa será construída em altura mais adequada, até que se estabeleça um código espacial adequado àquela localidade.

A casa atende à demanda dos moradores e sua configuração sofre modificações (número de cômodos, dimensionamento), entretanto, existem elementos marcantes dentro da casa, que constituem um tipo básico de edificação. O trapiche e a estiva mediam o contato da casa com o rio. Trapiche é local de desembarque e atracação das embarcações e estiva é a ponte entre o trapiche e a casa, que dá acesso à varanda, ou pátio, que pode ser frontal ou lateral, e também é um local de transição, do primeiro contato com a visita, sendo comum que conte com bancos ou redes, além de constituir local de visão privilegiada, de vigia da

comunidade e de fruição da paisagem do rio. Portanto, o trapiche e a estiva criam gradações de acesso entre o espaço público (a rua/estiva das vilas maiores), o semipúblico (acesso às casas) e o privado (a casa), e também são locais de sociabilidade, de encontro, conversa, trocas.

Figura 7: As Vilas de São Sebastião e Santo Antônio.

Vila de São Sebastião



Vila de Santo Antônio



Fonte: Pesquisa de campo (2019). Fotos de Letícia Vicente e Thales Miranda (2019). Elaboração própria.

Adentrando a casa, percebe-se uma configuração linear, sala, quarto, cozinha, ligadas por corredor lateral. Entre esses ambientes pode haver divisão física, por paredes, ou improvisada, por lençóis ou mobiliário. A cozinha é o local do encontro e da fartura. Constitui também uma área de transição entre a parte vedada da casa e a aberta. É comum que anexo a ela encontre-se o jirau, uma espécie de balcão ou plataforma horizontal de madeira projetada para o exterior da edificação, acoplada a uma parede da cozinha, e usada como espaço de trabalho, preparo e lavagem de alimentos (a água utilizada cai diretamente sobre a várzea), acima da qual são usadas ripas de madeira como vedação em meia parede. A partir da cozinha inicia-se outra estiva, já em espaço aberto, que permite o acesso a estruturas complementares à residência, como galinheiro, depósitos, horta, e algum maquinário presente, como o motor gerador a diesel, ou as placas solares, que foram encontradas nas vilas de Afuá.

Adjacente às estruturas complementares encontra-se o quintal (o espaço semiprivado). Este ratifica que a terra não é utilizada apenas como espaço de moradia, mas também para cultivo e extração de alguns produtos, quer seja para consumo de alimentos e bebidas, quer seja para a retirada de ervas medicinais. No quintal costumam também existir criação de animais como cachorros, galinhas e porcos. Em conexão com o

quintal está a roça, com plantações diversas dependendo da localidade, e a mata, que constitui um espaço de extração comum a membros de uma mesma família. A roça e a mata podem misturar-se na medida em que a floresta não é um elemento intocado, mas sim um espaço de produção e manejo, com intervenções constantes. O padrão de ocupação pode ser resumido da seguinte maneira: o rio, a moradia (assentamento fixo, facilmente mensurável) e o espaço de produção/coleta, que excede em muito o tamanho da área de moradia, e por isso não é tão facilmente mensurável, apesar de entre os moradores existir consenso sobre as áreas destinadas a cada um. Destaca-se que o rio e a floresta são dois espaços marcantes não só no campo físico, mas no simbólico, ligados à fertilidade e à existência de seres de proteção.

Este constitui o arranjo espacial do sistema rio–mata–roça–quintal descrito por Loureiro (2014), e que pôde ser constatado empiricamente nas pesquisas de campo. A autora destaca que a distribuição de assentamentos humanos na Amazônia esteve secularmente ligada aos rios e igarapés, seja em pequenos agrupamentos ou em cidades maiores. Esses agrupamentos consistiam/consistem em poucas casas isoladas, ligadas ao rio ou entre si por trapiches de madeira. O modo de vida era (e ainda é), diretamente ligado à natureza, articulando: o rio (para pesca, obtenção de água, locomoção); o quintal (coleta de frutos, plantação de ervas medicinais, criação de animais); a roça (plantação de alimentos); e a mata (extrativismo, caça).

O esquema descrito constitui uma unidade de referência. É o primeiro assentamento que se replica na medida em que os filhos crescem, casam, e montam suas próprias residências, anexas à primeira casa, e também assentadas à beira do rio. Com o passar dos anos alguns desses assentamentos crescem e se diferenciam, pela localização, ou influência/contatos da família que ali reside. O assentamento passa a receber equipamentos, como igreja, galpões (que funcionam como centros comunitários), escola, unidades básicas de saúde, feiras/mercados (ou locais de trocas comerciais). O assentamento diferencia-se em uma vila ribeirinha, que polariza assentamentos menores do entorno, pelos serviços oferecidos e pela possibilidade de sociabilidade, a exemplo das festividades de santos.

Dentro da sede municipal também foi possível localizar um arranjo típico de ocupação (Figura 8), mais individualizado e delimitável enquanto um “lote” (mesmo que na projeção sobre a água).

Durante a pesquisa de campo foi realizada uma visita na casa mais antiga da sede, com entrevista à moradora e levantamento fotográfico e espacial. A casa é acessada por uma varanda em madeira, hoje com anexo lateral em alvenaria. A entrada dá acesso à sala, seguida por um cômodo de transição onde são realizadas as refeições, e para o qual se abrem os quartos, que são linearmente distribuídos, tendo a cozinha ao fundo. Na parte externa existe um jirau que dá acesso a pequenas casas que funcionam como depósitos e, por vezes, abrigam hóspedes. Uma estiva leva a um deque em madeira com bancos dispostos em torno de uma árvore, e que é usado como espaço de sociabilidade. Na parte de trás existe um quintal, hoje não mais utilizado, mas onde antes eram plantadas cenoura, macaxeira, jerimum e chicória, e na parte lateral, árvores como cajueiro e araçá.

Atualmente a configuração dos lotes no bairro do Centro é diferente do esquema apresentado, pois, após o adensamento construtivo os quintais se tornaram menores, não sendo mais comum o plantio de árvores. A moradora contou que antes existiam jardins em frente e ao lado das casas, bem como árvores nas ruas, das quais os moradores coletavam frutos. Hoje o verde público não é tão presente, e a relação dos moradores da sede com a vegetação ocorre nos chamados “sítios”, a segunda residência localizada em ilhas ou parcelas não urbanas do município, onde é possível criar animais, cultivar, e extrair produtos para consumo e venda.

Figura 8: Forma antiga de ocupar o lote na sede municipal de Afuá.

Lote no bairro do Centro na sede de Afuá



Fonte: Pesquisa de campo (2019). Fotos de Letícia Vicente e Thales Miranda (2019). Elaboração própria.




4 ANÁLISE MORFOLÓGICA DE AFUÁ E SUAS POSSÍVEIS CONEXÕES COM A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Após o entendimento do processo de ocupação e consolidação de Afuá até os dias atuais, realizou-se a análise morfológica, selecionando-se alguns conceitos da Escola Italiana de Morfologia que mais claramente explicavam os elementos presentes na sede municipal, nas duas vilas e na ilha do Combu, em Belém (Quadro 2). A coluna “Vilas de Afuá” reúne as informações sobre as duas vilas visitadas, entendendo-as como análogas em termos tipológicos, devido às suas semelhanças espaciais, e portanto enquadráveis em uma mesma tipologia. Utilizou-se o método de ampliação de escalas, com tipo, série e tecidos. A categoria organismo não foi incluída no quadro síntese de morfologia, por ser a culminância das demais categorias.

Compreender a matriz que compõe os arranjos de grupos e comunidades na Amazônia que diferem do padrão de outros centros urbanos abre a possibilidade de uma nova perspectiva de cidade, com seus arranjos diversos que comportam a “cidade convencional”, assim como usos rurais, com configurações de espaço público correspondente a espaços coletivos de produção/coleta, agricultura urbana e pesca. Neste contexto é possível enxergar a interdependência entre pessoas e natureza (rios, biodiversidade, vegetação, solos), que extrapola a dicotomia clássica entre urbano e rural. Estes espaços resistem à implantação espacial e social de um paradigma de sociedade urbano-industrial em que a urbanização é extensiva, e a terra é consumida e convertida em mercadoria, e ilustram a possibilidade de construção de um urbano-natural, onde o verde (e a base biofísica) não aparece como oposto à cidade, ou um espaço confinado em parques ou locais de lazer, mas sim como parte intrínseca a ser incorporada (ou reconhecida) como subsídio à vida em suas múltiplas esferas, de alimentação ao local do encontro, com espaços que utilizem da ideia de coletivo ou comum (MONTE-MÓR, 2015).

Na Amazônia diversos modos de vida (re)existem historicamente, e devem ser estudados, entendidos e preservados, para promoção de justiça socioambiental, no sentido de garantir a preservação do meio ambiente e adotá-lo como promotor de desenvolvimento endógeno, para redução da pobreza por meio da garantia do acesso a terra. Isto se opõe à ideia de preservação de ilhas de uma natureza intocável, que findam por se tornar reservas de mercado. O ambientalismo que gera enclaves de proteção desabitados, com entornos desmatados, funda-se em discursos econômicos de proteção extrema, ou no “esverdeamento” de um tipo de produção que não respeita os ritmos e limites da várzea. Em Afuá a ideia de preservação total implantada no Parque Estadual do Charapucu desarticulou comunidades que dependiam da natureza para existir, e que, ao migrarem para a cidade, não encontram as mesmas oportunidades de subsistência. A degradação da natureza atinge os grupos sociais de forma diversa, enquanto a preservação o arranjo rio-mata-roça-quintal é portadora de justiça ambiental (ASCELRAD, 2010), ao preservar o modo de vida que sempre respeitou e manejou as várzeas.

Quadro 2: Análise morfológica de Afuá (sede e vilas) e de Belém (Ilha do Combu).

<p>Tipo básico: consiste em construções que possuem características típicas da cultura local em um determinado tempo. Cada período de tempo vai atribuir um significado diferente a um tipo básico, buscando adequação de usos (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).</p>		
Sede de Afuá	Vilas de Afuá	Ilha do Combu (Belém)
 <p>Fonte: Foto de Luna Bibas (2018).</p>	 <p>Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).</p>	 <p>Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).</p>
<p>Nos três casos o tipo básico é a construção em palafita, que é uma forma espacial de manifestação da cultura ribeirinha. As palafitas são construções sobre as águas em cima de estacas ou pilotis, utilizadas para diversos arranjos, da habitação individual às coletivas, compondo o espaço com um sistema de pontes (BAHAMÓN; ALVAREZ, 2009), chamadas de estivas, que permitem a acessibilidade perante a condição alagada do sítio, e adaptando a ocupação ao ciclo da água de secas e cheias.</p>		
<p>Tipo especializado: edificações que possuem funções específicas, que são marcos na paisagem pela sua forma de implantação e escala. São exemplos de tipos especializados igrejas, mercados (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).</p>		

Sede de Afuá	Vilas de Afuá	Ilha do Combu (Belém)
 <p>Igreja de Afuá Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).</p>	 <p>Igreja da comunidade São Sebastião Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).</p>	 <p>Escola no Combu Fonte: Foto de Letícia Vicente (2017).</p>
<p>A sede de Afuá apresenta em suas ruas paralelas ao rio os principais equipamentos e serviços (prefeitura, praças, igreja, mercado), assim como descrito em outras cidades ribeirinhas. As construções destacam-se do entorno pelo seu porte e material construtivo.</p>	<p>Nas vilas de Santo Antônio e São Sebastião, verificou-se que as edificações de destaque são as escolas e as igrejas, com seus barracões de festa anexos.</p>	<p>Na ilha do Combu, as edificações especializadas são as escolas. Existe também uma biblioteca, unidade básica de saúde, campo de futebol e igrejas católica e evangélica.</p>
<p>Diversificações do processo tipológico: são modificações que ocorrem no tipo básico. Podem ser divididas em duas categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversificações diacrônicas são aquelas que consistem em modificações que ocorrem no tipo básico, situado numa mesma área cultural, decorrente de um período de tempo significativo, sem que se modifique o conceito. • Diversificações diatópicas consistem na coexistência de interpretações diferentes do mesmo tipo básico, que varia com a herança cultural e arquitetônica de diferentes áreas do mesmo período. Pode-se utilizar um método comparativo para identificação dessa categoria de diversificação (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). 		
Sede de Afuá		
 <p>Diversificação de construção em palafita – cultura ribeirinha híbrida Fonte: Foto de Fernando Mesquita (2017).</p>	 <p>Diversificação da palafita para arquitetura erudita. Fonte: Foto de Fernando Mesquita (2017).</p>	 <p>Ruptura tipológica e de materiais com criação de lajes em concreto Fonte: Foto de Luna Bibas (2018)</p>
<p>Na sede existem diversificações que reinterpretam elementos do tipo básico, introduzindo modificações. Estes podem ser construídos pautados em uma consciência espontânea, ou projetados (a partir da consciência crítica de profissionais) e incluírem em seus partidos os elementos já consagrados pelo modo de fazer ribeirinho. Existem também rupturas tipológicas, modificação dos materiais de construção, como o concreto, que passa a ser utilizado integralmente ou em sistema misto, junto com a madeira, e a modificação dos espaços de transição na parte de frente de casas, que começam a ser murados e cercados.</p>		
Vilas de Afuá		
 <p>Capela da Vila de Santo Antônio Fonte: Foto de Thales Miranda (2019).</p>	 <p>Escola da Vila de Santo Antônio Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).</p>	 <p>Barracão da Vila de São Sebastião Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).</p>
<p>Nas vilas não se percebeu grandes modificações do processo tipológico. Predominam residências palafíticas em madeira, mas nota-se a introdução de alvenaria em alguns casos. Os tipos especializados seguem o padrão palafítico, ainda que contenham modificações para desempenho de suas funções. Em alguns casos não foi possível desenhar uma série temporal completa, que permitiria uma análise das diversificações diacrônicas, pois algumas famílias relataram que a casa em que moram hoje não é a primeira construção, mas sim que já houve modificações na configuração da vila. Segundo entrevistas, é comum a modificação e adaptação da casa, essa flexibilidade é em parte concedida pela madeira, que permite o desmonte e reaproveitamento do material.</p>		

Ilha do Combu (Belém)



Restaurante em estrutura palafítica
Fonte: Foto de Thales Miranda (2017).



Casa de veraneio
Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).



Sala de aula de escola na ilha
Fonte: Foto de Thales Miranda (2017).

Pela proximidade com a parte continental e após a instalação de energia elétrica na ilha, o Combu passou a sofrer mudança de usos, com a criação de restaurantes pertencentes primeiro a moradores e hoje também a pessoas de fora, ainda que a compra da terra não seja legalmente permitida (a terra pertence à União). Os restaurantes configuram diversificações diacrônicas. Além deles alguns equipamentos públicos se apropriam da linguagem ribeirinha como as escolas. Nota-se, entretanto, que algumas estruturas causam rupturas com as construções residenciais preexistentes, como é o caso das casas de veraneio que começam a surgir na ilha, com tipologias e materiais de construção exógenos à realidade local.

Série tipológica: consiste na análise em escala urbana da junção de tipos de edifícios que formam uma “silhueta urbana”. Busca avaliar se há no conjunto de edificações uma harmonia. As séries são a visão do todo que levam em consideração as partes. Pode-se avaliar o grau de organicidade das séries, dividido em serial, orgânico e suas combinações entre si (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Sede de Afuá



Centro - rua comercial (frente da cidade)



Centro - rua comercial + usos mistos (frente da cidade)



Centro - rua residencial



Capim Marinho - rua residencial + usos mistos



Capim Marinho - rua residencial

Fonte: Bibas (2018, p.105).

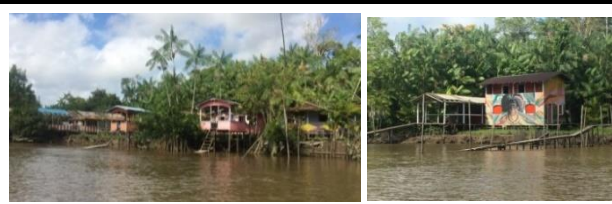
O primeiro tipo de série urbana presente em Afuá é a “frente” da cidade, no bairro do Centro, que pode ser vista com a chegada pelo rio. As séries tipológicas das ruas comerciais do bairro do Centro já possuem certa verticalidade, com edifícios de três andares, que causam uma ruptura com o rio, e ocupam todo o espaço do lote. A densidade construtiva nessa área é maior. Nota-se que as casas mantêm mais harmonia de escala nas ruas residenciais que nas comerciais.

A pista de pouso funciona como elemento divisor, tanto dos bairros quanto do padrão morfológico, além dela encontra-se o bairro do Capim Marinho, com construções mais orgânicas em seu núcleo inicial, cujas ruas seguem a delimitação dos furos, enquanto a parte mais ao norte do bairro possui um arruamento retilíneo, segundo a lógica do máximo aproveitamento do solo, com casas mais próximas. Na parte limite da cidade, menos consolidada, as construções são mais espaçadas, com mais espaços de transição e verdes entre elas. O padrão da série é mais disperso nesse bairro.

Vilas de Afuá e Ilha do Combu (Belém)



Vila de São Sebastião
Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).



Paisagem ribeirinha na ilha do Combu
Fonte: Foto de Letícia Vicente (2019).

Nas vilas de Afuá e no Combu os assentamentos são similares, com padrão de dispersão, e seguindo o sistema rio-mata-roça-quintal (LOUREIRO, 2014). No núcleo das vilas, todos os membros são de uma mesma família. A série é linear, com casas à beira do rio, e espaçada, à medida que existem recuos laterais gerando individualidade dos núcleos familiares menores, mesmo que não haja cercamento. A série é lida visualmente pelo trajeto do rio, pois a ocupação ocorre nas bordas da ilha e a demarcação da área de cada família é feita por elementos naturais, por rios e furos, ou alguma vegetação significativa. A parte interna possui mata densa, manejada, utilizada para plantio e extração, com destaque para o açaí.

Tecido urbano: é uma ampliação de séries urbanas. Leva em consideração leis de formação histórica das séries urbanas. Os tecidos contêm conjuntos dos tipos edifícios com formação semelhante, e são utilizados para análise da escala urbana e seus limites (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Sede de Afuá



Legenda
Divisão não oficial de bairros
Centro
Perpétuo Socorro
Bom Remédio
Capim Marinho
Massa d'água
Floresta densa
Divisão oficial de bairros
Viário (estivas)

Fonte: Rocha (2017).
Elaboração própria.

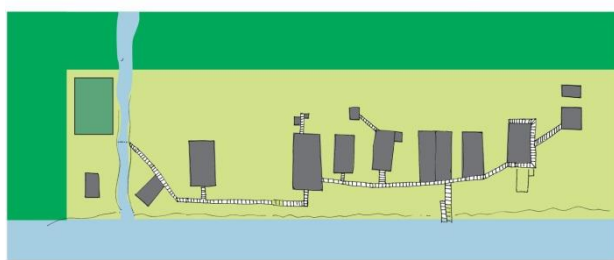
A análise da sede de Afuá pode ser feita a partir de dois elementos: a água, que circunda a cidade em forma pendular, e a pista de pouso, que divide os bairros do Centro e do Capim Marinho. Dentro dos bairros existem divisões não oficiais, ligadas a configurações paroquiais, que dividem a área em quatro parcelas, ligadas ao processo de ocupação (ROCHA, 2017).

O bairro oficial do Centro é a parte mais antiga e consolidada da cidade. Apresenta quadras menores próximas ao rio e longas e lineares à medida que se afasta deste. Na parte Norte apresenta uma configuração mais orgânica, chamada de Perpétuo Socorro.

O bairro do Capim Marinho possui ocupação mais recente, com áreas morfológicas distintas. A área do Bom Remédio foi a primeira a ser ocupada e apresenta traçado orgânico ligado aos cursos d'água. A área de expansão posterior dispõe de traçado mais ortogonal, com menor adensamento construtivo.

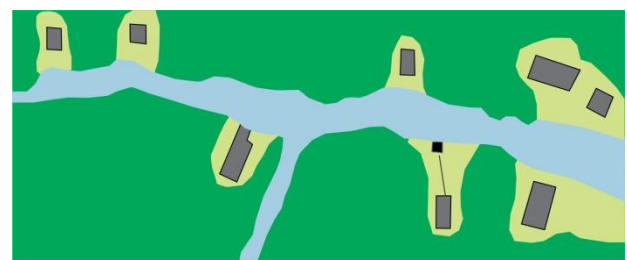
A divisão de bairros não oficial assemelha-se a regiões morfológicas, formadas em períodos semelhantes que possuem atributos em comum. Na parte leste (canto inferior) da cidade existe a área de expansão mais recente, ainda constituída apenas por vias de penetração paralelas. O rio constitui a rota principal (matriz) e as vias adjacentes a ele proporcionam as maiores conectividades.

Vilas de Afuá e Ilha do Combu (Belém)



Vila de São Sebastião.

Fonte: Pesquisa de campo (2019). Elaboração própria.



Organização espacial da ilha do Combu
Fonte: Brito (2019). Adaptado pelas autoras.

A análise das vilas de Afuá visitadas e da ilha do Combu apresenta similaridades. Ocupação dispersa, linear, seguindo o curso do rio, com pontos de concentrações familiares (domínio da terra por uma mesma família), que partilham áreas de extração/manejo comuns. Em torno das casas, os moradores produzem áreas descampadas utilizadas como quintal, e recuos frontais e laterais. Por trás das casas existe vegetação, que também funciona como elemento de divisão entre os domínios familiares, e constitui área de trabalho das famílias.

Fonte: Elaboração própria, com base em: Costa e Gimmler Netto (2015); Bahamón e Alvarez (2009); Bibas (2018); Loureiro (2014); Rocha (2017); Brito (2019).

5 CONCLUSÃO

Apesar das rápidas transformações, Afuá apresenta-se como um laboratório cujos arranjos espaciais fornecem subsídios para uma matriz de cidade ribeirinha, que diversificou tipologias criadas pelo camponês caboclo (COSTA, 2012), e incluiu a natureza na concepção de cidade e de urbano. A extrapolação dos processos de formação de Afuá para o meio rural de Belém contribui para a compreensão de arranjos socioespaciais análogos que são invisibilizados na Belém continental, por não corresponderem nem à produção pública (oficial) do espaço, nem à produção privada, nem à produção informal típica dos grupos sociais excluídos nas grandes cidades (CARDOSO, MIRANDA, ROCHA, 2016). Com o apagamento desse sistema socioespacial é mais fácil não questionar o impacto da poluição dos rios, do desmatamento ou do aterro e impermeabilização das várzeas.

A aplicação dos conceitos da Escola Italiana de Morfologia em Afuá evidenciou a relação entre cidade, natureza e cultura. O sítio é de várzea, alagável, por isso as casas são suspensas, com um sistema de construção orientado por uma consciência espontânea de respeito aos ritmos e ciclos da natureza, passada de geração em geração. Em Afuá a água faz parte do cotidiano, é marco na paisagem, fornece alimento, é

ponto de encontro, é meio de acesso. O rio não é um espaço externo, à parte, como acontece em diversas cidades brasileiras, onde o rio é visto como objeto de consumo e contemplação ou evitado e escondido, como canal de esgoto.

O sistema rio–mata–roça–quintal (LOUREIRO, 2014) está presente em todas as situações estudadas, ainda que apareça de forma mais clara nas áreas rurais. A comparação das ilhas do município de Afuá (vila São Sebastião e vila Santo Antônio) com a ilha do Combu revela similaridades espaciais que inspiram a revisão de políticas urbanas e territoriais, pautadas estritamente na consciência crítica/técnica que não aderem em nada ao modo de vida historicamente bem-sucedido na região, e que resultam no reassentamento da população rotulada como pobre e oriunda da várzea em conjuntos habitacionais, sem garantia de acesso a espaços de produção, à água limpa e à abundância da natureza.

A análise morfológica também evidenciou que na sede de Afuá já ocorre redução dos quintais e transferências das áreas de cultivo e manejo para os sítios, fora do perímetro urbano, seguindo a hegemonia da terra-mercadoria das cidades maiores, mesmo que o assalariamento urbano não seja garantido a todos. Enquanto as vilas correspondem ao estágio inicial de assentamento na várzea, e ainda é possível compreender pactos socioespaciais decorrentes da consciência espontânea, a partir dos seus arranjos espaciais. A disputa entre a realidade local e as estratégias hegemônicas é manifesta no uso de novos materiais, alterações do sítio, das rupturas tipológicas e conversão de usos, e já é clara no Combu e na sede de Afuá.

Apesar disso, o compartilhamento da terra, baixas densidades construtivas, dispersão na ocupação, produção polivalente e uso de tecnologias e materiais acessíveis são pistas importantes da ocupação tradicional ribeirinha para políticas públicas que, pautadas em realidades urbanas e metropolitanas, não conseguem compreender a articulação entre homem e natureza e a complementariedade urbano-rural existentes na Amazônia. Estes atributos permitem a interação humana com a natureza viva, oposta à visão da natureza como mero recurso natural a ser explorado, presente nos ideais desenvolvimentistas, difusor na região de marcos tecnológicos e de formas de apropriação da terra (e de seus recursos) movidos pela expectativa de lucro imediato. Contudo a história viva e os registros disponíveis neste território indicam que uma reversão radical desse fluxo de rupturas e de colonização do pensamento ainda será possível, se as políticas fizerem o caminho inverso, de incorporação e reelaboração do saber local pela metrópole, de modo a atender às expectativas sociais, ambientais e políticas do século XXI.

6 REFERÊNCIAS

- ASCELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 64, nº 68. 2010.
- BAHAMÓN, Alejandro; ALVAREZ, Ana Maria. *Palafito: de Arquitectura vernácula a contemporânea*. Barcelona: Parramóns, 2009.
- BECKER, B. *A Urbe Amazonida*. São Paulo: Garamon, 2013.
- BIBAS, L. *O espaço tradicional em contexto periférico: inadequações e tensões entre visões de mundo, o caso de Afuá*. 2018. 145f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- BRITO, R. *Esse rio é minha rua... e a floresta, a minha casa: guia de desenho ribeirinho para a Ilha do Combu, Belém, Pará*. Trabalho de conclusão. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019.
- CARDOSO, A.C.; MIRANDA, T.; ROCHA, P. Da degradação à elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v.2, p. 139, 2016.
- CORRÊA NETO, J. *O bioma como condicionante da urbanização na Amazônia*. 2018. 230f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, F. A. Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico. In: MALCHER, M.; MARQUES, J.; PAULA, L. *História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia*. São Paulo: Acquerello, 2012.
- COSTA, S.; GIMMLER NETTO, M.M. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- DNIT. *Rodovias*. DNIT, 2015 [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/shapefiles>. Acesso em 20 de ago. de 2019.
- GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

- HECKENBERGER, M. J. *As cidades perdidas da Amazônia* - A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece. Departamento de Arqueologia da UFRJ, 2015.
- HECKENBERGER, M. J. *et al.* Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, v. 321, n. 5893, p.1214–1217. 2008.
- IBGE. *Bases Cartográficas Contínuas - Brasil*: hidrografia - massa d'água. IBGE, 2019b [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em 10 de dez. de 2019.
- IBGE. *IBGE Cidades: Afuá*. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/afua/panorama>. Acesso em 15 jan. 2019.
- IBGE. *Malhas municipais: município do Pará*. IBGE, 2019a [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15774-malhas.html?=&t=downloads>. Acesso em 10 de dez. de 2019.
- IBGE. *Sinopse por setores*. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em 10 dez. 2020.
- IDERFLOR-BIO. *Base de imagens das Unidades de Conservação Estaduais*. IDERFLOR-BIO, 2019 [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/base-de-imagens-das-unidades-de-conservacao-estaduais/>. Acesso em 20 de jan. de 2020.
- IDESP. *Malha rodoviária da Região Metropolitana de Belém*. IDESP, 2012 [cartografia digital, formato shapefile].
- INCRA. *Acervo fundiário do INCRA: assentamentos do Pará*. INCRA, 2019. [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm>. Acesso em 20 de dez. de 2019.
- INCRA. *Relatório de assentamentos - Informações Gerais*. 2017. Disponível em: [http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=1&Parameters\[Planilha\]=Sim&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=7](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=1&Parameters[Planilha]=Sim&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=7). Acesso em 5 de fev. 2019.
- ISUF. *Glossary*. Disponível em: <http://www.urbanform.org/glossary.html>. Acesso em 10 de jan. 2019.
- LOPES, R.J. *1499: a pré-história do Brasil*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.
- LOUREIRO, V. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 3º ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.
- MIRANDA, T.; CARDOSO, A. C. *Cartografias de invisibilidades na periferia metropolitana de Belém: estudo de padrões espaciais e relacionamentos da população com espaços públicos/verdes*. Relatório Relatório Final de Pesquisa em Iniciação Científica. Belém: PROPESP/UFPA, 2017.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. L. *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- MORÁN, E. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MOUDON, A. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, vol. 1, p. 3-10. 1997.
- OLIVEIRA, R. C.; CARDOSO, A. C. *Rastreamento manifestações do Urbano Natural na Belém Continental*. Relatório Final de Pesquisa em Iniciação Científica. Belém: PROPESP/UFPA, 2018.
- OLIVEIRA, V. (Org.). *Diferentes abordagens em morfologia urbana*. Contributos luso-brasileiros. Porto: Urban Forms, 2018.
- ROCHA, M.C. *Quando a cidade convida: lições de urbanidade e configuração em assentamentos limitados*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SCHAAN, D. *Cultura marajoara*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.
- SOUZA, J. G. *et al.* Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. *Nature Communications*, v.9, n.1125. 2018.
- STERNBERG, H. *A Água e o homem na várzea do Careiro*. 2 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.
- VICENTE, L.; CARDOSO, A. C. *Rastreamento manifestações do Urbano Natural na Belém Insular*. Relatório Final de Pesquisa em Iniciação Científica. Belém: PROPESP/UFPA, 2018.
- VICENTE, Letícia Ribeiro; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. *Estudo de tipologias espaciais de assentamentos humanos em Afuá e suas derivações*. Relatório Final de Pesquisa em Iniciação Científica. Belém: PROPESP/UFPA, 2019.
- WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

NOTAS

¹ Loureiro (2014) apresenta o sistema rio-mata-roça-quintal como a base utilizada pelo habitante nativo da Amazônia para apropriação do território e produção de seu sustento. Neste sistema, o alimento e o sustento são obtidos através da pesca (rio); extrativismo vegetal, caça (na mata); agricultura, ervas medicinais e criação de animais (quintal). Apesar de Loureiro (2014) ter descrito esse sistema como típico e predominante da Amazônia até 1950 (antes da integração com projetos nacionais desenvolvimentistas), ele ainda pode ser encontrado hoje em diversas comunidades que possuem forte relação e interdependência com a natureza, conforme apresentado neste artigo.

² Realizadas em apoio a Pesquisas de iniciação científica e mestrado, vinculadas ao Projeto “Caracterização de padrões de urbanização portadores de sociobiodiversidade na Amazônia Oriental”, financiado pelo CNPQ via processo 430801/2016-5.

³ Para os objetivos deste artigo, as tipologias de referência para comparação com as vilas de Afuá e a Ilha do Combu são aquelas encontradas do bairro Centro da sede de Afuá, área que mantém registros das edificações mais antigas e tradicionais.

⁴ No norte do Brasil as pontes de madeira que substituem as ruas em assentamentos construídos sobre água ou em áreas alagáveis são chamadas de estivas.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).